

## ABORDAGENS FONTE-MAR E DE PAISAGEM

## INTEGRAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA RESTAURAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE

Com área de 86.715 km² e 3,2 milhões de habitantes, a bacia do Rio Doce é a bacia hidrográfica mais importante da Região Sudeste do Brasil. Desde o rompimento da barragem de Fundão, um volume considerável de conhecimentos técnico-científicos e recursos financeiros têm sido investidos para mitigar seus impactos. Porém, o rio não existe isoladamente e, por isso, a restauração deve incluir também as paisagens do entorno, incluindo as áreas costeiras e marinhas adjacentes. Para ter sucesso, a restauração também exige uma abordagem integradora que considere todos os aspectos ambientais, sociais, financeiros, econômicos e culturais desta região única.

Neste Relatório Técnico, o Painel do Rio Doce propõe que a Fundação Renova, organizações de partes interessadas e tomadores de decisão integrem as abordagens de fonte-mar e paisagem às estratégias já existentes para melhor avaliar as interações entre a qualidade da água e a conservação da biodiversidade, juntamente com os elementos sociais, econômicos, culturais e ambien-

tais críticos para a bacia hidrográfica e para as áreas costeiras e marinhas associadas, adotando uma perspectiva de longo prazo. Essa abordagem combinada fará com que todos os atores pertinentes da bacia hidrográfica compreendam melhor as interconexões entre a governança, as pessoas e o espaço, além de facilitar a definição das prioridades, a alocação dos recursos e o planejamento de longo prazo.



Fonte-mar é uma abordagem ampla usada para analisar uma bacia hidrográfica em seu nível mais alto de interdependência e influência ecológica. Ela expressa a escala e os elementos necessários para lidar com sistemas complexos de governança e territórios vastos (Granit et al., 2017)



## O QUE DEVE SER FEITO

Para restaurar a paisagem e o sistema fonte-mar como um todo a um estado mais saudável e sustentável do que antes do desastre e para contribuir para a resiliência do ambiente natural e dos meios de subsistência locais, é necessário:

- Integrar as ações que ocorrem dentro da bacia hidrográfica, enfatizando não só o escoamento essencial da água, mas também ações a partir da cabeceira que seguem pela foz do rio e se expandem para as áreas costeiras e marinhas adjacentes.
- · Os esforços devem incluir os processos

que ocorrem dentro do canal do rio, mas também devem refletir as características sociais, econômicas, culturais e ambientais de toda a bacia hidrográfica para configurar uma abordagem de paisagem integrada e em várias escalas.

• Ter uma definição clara dos objetivos, participação colaborativa, abordagens transdisciplinares e intersetoriais, gerenciamento da capacidade adaptativa e um processo interativo para lidar com a complexidade inerente ao sistema e elaborar e implementar planos para o futuro.









- 1. A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos.
- 2. Um Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) foi elaborado para a bacia do Rio Doce e consiste em um sistema participativo de tomada de decisão na gestão integrada dos recursos hídricos.
- 3. O Plano detalha as ações e os investimentos necessários para cumprir seus objetivos em cada uma das nove sub-bacias que compõem a bacia do Rio Doce, incluindo a criação de mais áreas protegidas e programas de saneamento básico e preparação para emergências.
- 4. Desde o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, foi implementado um programa de monitoramento de emergência nos rios impactados com foco na análise de amostras de água e sedimentos ao longo do Rio Doce. Os resultados desse programa estão disponíveis ao público na plataforma Monitoramento Rio Doce.
- 5. Do ponto de vista da conservação da biodiversidade marinha, foram levantadas questões sobre o impacto da pluma de rejeitos do desastre de Fundão no estuário do Rio Doce e na área marinha adjacente, principalmente nas áreas protegidas.

- 6. Análises semelhantes vêm sendo realizadas desde 2018 pela Rede Rio Doce Mar (RRDM), que implementa o Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) e fornece informações sobre as características físicas, químicas e bióticas dos ambientes estudados.
- 7. Uma análise da paisagem, com foco principal nos recursos terrestres e nas características sociais e econômicas, foi aplicada pela Fundação Renova em áreas selecionadas do Rio Doce.
- 8. Apesar das melhorias registradas, a qualidade da água em diferentes partes da bacia do Rio Doce e os sedimentos em áreas estuarinas ainda causam preocupação. Alguns estudos mostram que as condições atuais podem afetar a riqueza e a diversidade da biota aquática em comparação às áreas não impactadas pelos rejeitos.
- 9. Atualmente existem restrições à pesca nas áreas afetadas do Rio Doce em MG, além da proibição da pesca em águas litorâneas de até 20 metros de profundidade entre Barro do Riacho (Aracruz) e Degredo (Linhares), no Espírito Santo. Uma análise mais detalhada pode ser encontrada no Artigo "Questões em Foco" No.2, A proibição de pesca após o rompimento da barragem de Fundão.

## Recomendações

Visando contribuir para o objetivo de garantir a restauração eficaz da bacia hidrográfica como um todo, o Painel do Rio Doce faz as seguintes recomendações:



1. Adotar a abordagem fonte-mar e uma abordagem de paisagem integrada nos esforços de restauração da bacia do Rio Doce.



2. Realizar uma ampla avaliação dos dados do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PMQQS) para priorizar as ações direcionadas à melhoria contínua das características ambientais do Rio Doce.



3. Usar o programa de monitoramento da água existente para aumentar a capacidade da região de monitorar os impactos potenciais na qualidade da água e biota associados ao surgimento de compostos poluentes sinérgicos.



4. Fortalecer o apoio técnico aos esforços dos municípios para implementar um programa abrangente, inovador e customizado de saneamento básico na bacia hidrográfica.



5. Expandir o atual plano de monitoramento da biodiversidade para informar e priorizar as atividades de restauração.